



PREFEITURA MUNICIPAL DE
BIRIGUI

OFÍCIO Nº 873/2023

em 19 de junho de 2023.

ASSUNTO: Encaminha MENSAGEM ADITIVA ao Projeto de Lei nº 98/2023

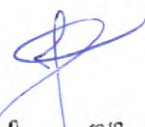
Excelentíssimo Senhor Presidente,

Submetemos ao crivo desse Douto Legislativo Municipal a presente mensagem aditiva ao PROJETO DE LEI Nº 98/2023 que “AUTORIZA O MUNICÍPIO DE BIRIGUI A CONTRATAR COM A DESENVOLVE SP - AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE SÃO PAULO, OPERAÇÕES DE CRÉDITO COM OUTORGA DE GARANTIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”, requerendo a juntada de **Declaração que atesta a aptidão do município de Birigui para contratação de novos empréstimos, em cumprimento à Resolução do Senado Federal nº 40/2001,** que “*Dispõe sobre os limites globais para o montante da dívida pública consolidada e da dívida pública mobiliária dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, em atendimento ao disposto no art. 52, VI e IX, da Constituição Federal*”, **detalhando a Receita Corrente Líquida, Limite de Endividamento e Garantias Concedidas, bem como análise do artigo 167- A da Constituição Federal.**

Contando com a atenção de Vossa Excelência e Dignos Pares, renovamos os protestos de nossa elevada estima e distinto apreço.

Atenciosamente,


LEANDRO MAFFEIS MILANI
Prefeito Municipal


Câmara Municipal de Birigui - SP
PROTOCOLO GERAL 2515/2023
Data: 19/06/2023 - Horário: 16:16
Legislativo - MSGAD 2/2023

Ao Excelentíssimo Senhor
JOSE LUIS BUCHALLA
Presidente da Câmara Municipal de Birigui



PREFEITURA MUNICIPAL DE
BIRIGUI

DECLARAÇÃO

Declaramos para os fins necessários que o Município de Birigui/SP se encontra apto para a contratação de novos empréstimos, conforme fica demonstrado abaixo:

ITEM 01 - Resolução do Senado Federal nº40 de 20/12/2001, que dispõe sobre os limites Globais para o Montante da Dívida Pública Consolidada e da Dívida Pública Mobiliária dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios em atendimento ao disposto no artigo 52, VI e IX da Constituição Federal: (FONTE: SICONFI – SISTEMA DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO 2022)

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (VI)	470.282.495,49
(-) Transferências Obrigatórias da União relativas às Emendas Individuais	1.471.542,00
RCL AJUSTADA PARA CÁLCULOS DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO	468.810.953,49

LIMITE DE ENDIVIDAMENTO

DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA	72.669.981,16
% da DC sobre a RCL AJUSTADA	15,50%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL 120% RCL	562.573.144,19
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 90%	506.315.829,77

GARANTIAS CONCEDIDAS

TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS	53.569.040,44
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL Ajustada	11,43%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL 22%	103.138.409,77
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 90%	92.824.568,79

ITEM 02 - Art. 167-A. Apurado que, no período de 12 (doze) meses, a relação entre despesas correntes e receitas correntes supera 95% (noventa e cinco por cento), no âmbito dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. (FONTE: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO – SP – EXERCÍCIO 2022)

Análise do artigo 167-A da CF/1988

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - Prefeitura e Demais Órgãos (a)	505.754.409,01
DESPESA CORRENTE LÍQUIDA - Prefeitura, Câmara e Demais Órgãos (b)	467.882.009,10
RESULTADO DO ENTE MUNICIPAL - Percentual (c) = (b) / (a)	92,51%

Birigui, 19 de junho de 2023

Luiz Antonio Cezar Junior
Diretor de Controle Financeiro
CRC 1SP159328/O-3

RGF-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Estados, DF e Municípios

Tabela 2.0 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida	Cálculo da Dívida Consolidada Líquida			
	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2022		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
Dívida Consolidada				
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	94.008.770,57	89.638.346,06	86.849.358,04	56.265.038,62
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	94.008.770,57	89.638.346,06	86.849.358,04	56.265.038,62
Empréstimos	46.995.426,57	50.122.017,26	45.660.454,92	34.178.451,37
Internos	46.995.426,57	50.122.017,26	45.660.454,92	34.178.451,37
Externos				
Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
Financiamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Internos				
Externos				
Parcelamento e Renegociação de Dívidas	47.013.344,00	39.516.328,80	41.188.903,12	22.086.587,25
De Tributos				
De Contribuições Previdenciárias	43.514.123,20	37.676.300,38	39.348.874,70	21.073.354,36
De Demais Contribuições Sociais	2.303.202,32			1.013.232,89
Do FGTS				
Com Instituição Não Financeira	1.196.018,48	1.840.028,42	1.840.028,42	0,00
Demais Dívidas Contratuais	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive) Vencidos e Não Pagos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	-3.990.697,30	44.291.714,82	48.858.403,91	-16.404.942,54
Disponibilidade de Caixa	-7.204.350,79	44.291.714,82	48.858.403,91	-16.404.942,54
Disponibilidade de Caixa Bruta	42.621.580,22	58.219.141,47	59.313.198,81	49.642.463,37
(-) Restos a Pagar Processados	49.825.931,01	13.338.582,58	10.127.464,17	64.659.239,73
(-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		588.844,07	327.330,73	1.388.166,18
Demais Haveres Financeiros	3.213.653,49	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	97.999.467,87	45.346.631,24	37.990.954,13	72.669.981,16
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	405.333.534,35	426.850.911,02	458.511.349,35	470.282.495,49
(-) Transferências Obrigatórias da União Relativas às Emendas Individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)	2.599.986,00	2.649.986,00	4.071.528,00	1.471.542,00
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V)	402.733.548,35	424.200.925,02	454.439.821,35	468.810.953,49
% da DC sobre a RCL AJUSTADA (IV/VI)	23,34	21,13	19,11	12,00
% da DCL sobre a RCL AJUSTADA (III/VI)	24,33	10,69	8,36	15,50
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL	483.280.258,02	509.041.110,02	545.327.785,62	562.573.144,19
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF)	434.952.232,22	458.136.999,02	490.795.007,05	506.315.829,77
Outros Valores Não Integrantes da DC				
Precatórios Anteriores a 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Não incluídos na DC)	15.181.746,22	15.173.652,48	16.482.497,36	13.938.497,72
Passivo Atuarial	238.084.013,10	286.609.784,23	286.609.784,23	221.852.785,78
RP Não-Processados	31.947.559,31	12.289.631,22	4.320.099,54	19.934.933,05
Antecipações de Receita Orçamentária - ARO				
Dívida Contratual de PPP				

RGF-Anexo 03 | Tabela 3.0 - Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores

Garantias Concedidas e Contragarantias Recebidas	Saldos das Garantias Concedidas e Contragarantias Recebidas			
	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2022		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
Garantias Concedidas	-	-	-	-
Garantias Concedidas	-	-	-	-
AOS ESTADOS (I)				
Em Operações de Crédito Externas				
Em Operações de Crédito Internas				
AOS MUNICÍPIOS (II)	89.159.522,89	89.159.522,89	89.159.522,89	53.569.040,44
Em Operações de Crédito Externas				
Em Operações de Crédito Internas	89.159.522,89	89.159.522,89	89.159.522,89	53.569.040,44
AS ENTIDADES CONTROLADAS (III)				
Em Operações de Crédito Externas				
Em Operações de Crédito Internas				
POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (IV)	89.159.522,89	89.159.522,89	89.159.522,89	53.569.040,44
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (V) = (I + II + III + IV)	405.333.534,35	426.850.911,02	458.511.349,35	470.282.495,49
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (VI)	2.599.986,00	2.649.986,00	4.071.528,00	1.471.542,00
(-) Transferências Obrigatórias da União Relativas às Emendas Individuais (art. 166-A, §1º, da CF) (VII)				
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VIII)	402.733.548,35	424.200.925,02	454.439.821,35	468.810.953,49
= (VI - VII)	22,14	21,02	19,62	11,43
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL AJUSTADA (V/VIII)	88.601.380,64	93.324.203,50	99.976.760,70	103.138.409,77
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL	79.741.242,58	83.991.783,15	89.979.084,63	92.824.568,79
LIMITE DE ALERTA (inciso III § 1º do art. 59 da LRF)				
Contragarantias Recebidas	-	-	-	-
Contragarantias Recebidas	-	-	-	-
DOS ESTADOS (IX)				
Em Garantia às Operações de Crédito Externas				
Em Garantia às Operações de Crédito Internas				
DOS MUNICÍPIOS (X)				
Em Garantia às Operações de Crédito Externas				
Em Garantia às Operações de Crédito Internas				
DAS ENTIDADES CONTROLADAS (XI)				
Em Garantia às Operações de Crédito Externas				
Em Garantia às Operações de Crédito Internas				
EM GARANTIAS POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (XII)				
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (XIII) = (IX + X + XI + XII)				



Tribunal de Contas do Estado de São Paulo

INSTRUÇÃO DO PERÍODO

Processo TC 4301/989/22
Poder EXECUTIVO
Município Birigui
Entidade PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRIGUI
Período 12/2022
Relator Dra. Cristiana de Castro Moraes
Unidade Fiscalizadora UR-01 UNIDADE REGIONAL DE ARAÇATUBA
Responsável LEANDRO MAFFEIS MILANI
Cargo PREFEITO
CPF 290.413.438-73
Período de Gestão 01/01/2021 a 31/12/2024

Em atendimento ao disposto nas Instruções e Ordem de Serviço vigentes, temos a informar o seguinte:

ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO FISCAL

1 - Assunto de Fiscalização: CUMPRIMENTO DAS INSTRUÇÕES DO TCE

1.1 - CI01 - Cumprimento das entregas da documentação exigida pelo TCE

Todos os documentos exigidos foram entregues, sendo que os documentos abaixo indicados foram entregues intempestivamente:

Tipo de Documento	Mês	Ano
Publ. do Demonstrativo das Receitas e Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde	12	2022

2 - Assunto de Fiscalização: LRF

Validade desconhecida

Digitally signed by São Paulo Tribunal de Contas do Estado
Date: 2023.02.24 20:21:42 BRT
Reason: Tribunal de Contas do Estado de São Paulo - TCE-SP
Location: São Paulo - SP



2.16 - GF56 - Análise do artigo 167-A da CF/1988



Receita Corrente Arrecadada (Ente)	
Prefeitura e Demais Órgãos (a)	R\$ 505.754.409,01
Despesa Corrente Empenhada (Ente)	
Prefeitura, Câmara e Demais Órgãos (b)	R\$ 467.882.009,10
Resultado do Ente Municipal	
Percentual (c) = (b) / (a)	92,51%

O resultado apurado mostra que o Ente superou o limite do § 1º do artigo 167-A (85,00%) da Constituição Federal de 1988. Nestes termos, alerte-se o órgão para que adote as medidas cabíveis conforme estabelece a legislação aplicável à situação.

3 - Assunto de Fiscalização: ENSINO

3.1 - AE02 - Planejamento Atualizado de Aplicação em Ensino

Receita Prevista Atualizada	R\$ 290.909.100,00
Despesa Fixada Atualizada	R\$ 72.680.272,28
Índice Apurado	24,9838%

Ao encerramento do Exercício, considerando todas as alterações orçamentárias, constatamos que não foram mantidas dotações suficientes para atendimento da aplicação do percentual mínimo de 25,0000% na manutenção e desenvolvimento do ensino, exigido no art. 212 da CF.

3.2 - AE03 - Aplicação de Recursos Próprios em Ensino com base na Despesa Liquidada

Receita	R\$ 304.117.879,05	
Despesa Empenhada	R\$ 76.720.588,19	25,2273%
Despesa Liquidada	R\$ 74.664.982,59	24,5513%
Despesa Paga	R\$ 66.673.812,17	21,9237%